

Reportagem Especial



MORADORES de Regência observam lama misturada à água do mar. No destaque, placa da Prefeitura de Linhares alerta que o local está impróprio para banho

ROMPIMENTO DE BARRAGEM

Lama avança e interdita praias

Onda de rejeitos de minério avançou 15 km ao norte e 7 km ao sul de Linhares. Trecho está impróprio para banho, segundo a prefeitura

A lama da barragem da Samarco já fez com que o município de Linhares interdite duas praias da região da foz do Rio Doce. Tanto Regência quanto Povoação tiveram placas instaladas ontem alertando sobre a interdição feita pela prefeitura.

Segundo o secretário municipal de Meio Ambiente, Rodrigo Paneto, a medida foi adotada de forma preventiva. "Fizemos a coleta da água para realizar a análise, mas, até o resultado, vamos manter a cautela e as praias ficam interditas".

A lama, segundo ele, avançou 15 quilômetros ao norte, 7 km ao sul e

12 km para dentro do oceano. "Há previsão de que tenhamos um vento nordeste, o que pode levar os sedimentos mais ao sul", afirmou.

Já a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou que a parte mais concentrada e grossa dos sedimentos ficou em extensão menor: 5 km ao norte, 1 km ao sul e 1 km em direção ao mar.

Na semana passada, ela havia afirmado que a lama atingiria um raio de nove quilômetros, após estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "É preciso observar o impacto da dispersão, se é da lama ou se é do sedimento que está diluído. O sedimento mais leve vai dispersar. O monitoramento está sendo feito", afirmou.

Segundo o professor de Oceanografia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Alex Cardoso Bastos, a mudança no vento vai alterar a direção para onde a lama está sendo transportada. "A barra norte foi aberta e isso também favo-

receu o transporte desses sedimentos para aquela região", explicou.

O professor descartou a possibilidade de que os rejeitos cheguem ao Arquipélago de Abrolhos, na Bahia, e afirmou que a possibilidade é remota de que chegue ao litoral da Grande Vitória, como afirmado por técnicos.

"A possibilidade de chegar a Vitória é pequena. Nos modelos que trabalhamos, os sedimentos do Rio Doce não chegam à Barra do Riacho e não há evidência de sedimentos em Piraqueçu, mesmo quando há grandes cheias".

Ele explicou que a quantidade dos impactos será definida de acordo com a dispersão da lama. "O sedimento é diferente do visto nas cheias. É um material com grânulos menores e isso muda como eles são transportados. Mas o rio também está com uma vazão baixa, ou seja, temos uma densidade mais alta do que em um período de cheia, o que é uma situação atípica."



PAULO DE ARAUJO/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

NO ENCONTRO do Rio Doce com o mar, a lama de rejeitos da Samarco

Barreira para preservar rio

Uma nova barreira de sete metros de altura está sendo construída para proteger o Rio Pequeno, que abastece o município de Linhares, da lama de rejeitos de minério de ferro da barragem da empresa Samarco, cujos donos são as mineradoras Vale e a anglo-australiana BHP Billiton.

Segundo o secretário municipal de Meio Ambiente, Rodrigo Paneto, com o reforço haverá menos risco que a lama atinja também a lagoa Juparanã. "Temos preocupação com o regime de chuvas de dezembro e janeiro. Hoje são três metros e vamos levar a sete, para não comprometer o abastecimento da cidade", disse.

Peixes mortos começaram a aparecer durante todo o dia de ontem na foz do Rio Doce, em Regência, Linhares. Entre as espécies, estão peixes como curimatá, robalo, cascudo e bagre.

No encontro do rio com o mar, animais aparecem boiando, devido à invasão da lama de rejeitos de minério na região, onde começaram a chegar na tarde de sábado.

A Prefeitura de Linhares informou que continua monitorando o rio. Em Baixo Guandu, foram recolhidos 1.500 quilos de peixes mortos. Em Colatina também há registro de morte de peixes.



REUTERS

PEIXES mortos na foz do Rio Doce

SAIBA MAIS



Lama no mar

> **POR CAUSA** de uma frente fria, a lama foi levada em direção ao norte. Há previsão de mudança de direção do vento, que levaria a lama ao sul.

> **SEGUNDO** a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a parte mais densa da lama está se concentrando na área 5 km a norte, 1 km ao sul e 1 km em direção ao mar.

VAZÃO NO RIO DOCE

Litros por segundo

434 mil

Ontem

100 mil

Outubro

Histórico da lama 50 bilhões de litros de rejeitos de minério de ferro foram despejados da barragem da Samarco, em Mariana (MG). A barragem rompeu no último dia 5.

Ministra diz que mar será monitorado por 4 meses

A pedido do governador do Estado, Paulo Hartung, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, garantiu ontem em Linhares que órgãos ambientais farão o monitoramento, por um período de três a quatro meses, de toda a região atingida pela lama de rejeitos da Samarco, na foz do Rio Doce, no litoral do município.

A decisão sobre as análises contínuas no rio e no mar foi anunciada após um sobrevoo feito na região, na tarde de ontem. No entanto, a ministra já adiantou que só será possível ter uma noção mais clara da dimensão da tragédia após a passagem do período de chuvas.

“O acidente não acabou”, disse a ministra. Ela ressaltou que muita lama está retida rio acima, e que a temporada de chuvas está apenas começando, o que significa que muito sedimentos ainda vão escoar para o mar. “Só quando terminar o período de chuvas eu poderei ter uma avaliação concreta

“ O esforço é de mitigar os impactos, mas obviamente teremos morte de fauna”

Izabella Teixeira, min. do Meio Ambiente

do fim do acidente e das medidas efetivas que precisam ser tomadas, além das emergenciais, para a restauração do Rio Doce.”

As análises ganharão o reforço do navio hidroceanográfico Vital de Oliveira, equipado para realizar pesquisas sobre os efeitos da lama no ecossistema da região.

“Vamos monitorar a fauna no rio e no mar para saber os impactos, registrando tudo nos chamados laudos comprobatórios. O esforço é de mitigar os impactos, mas obviamente teremos morte de fauna”, disse a ministra.

Outra prioridade indicada foi a de aumentar os esforços de levar informações às populações ribeirinhas, especialmente sobre a qualidade da água. “Tem muito descontento de informações”, disse Izabella. “As pessoas estão nervosas, abaladas; e têm de estar mesmo, porque o acidente é grave.”

NAVIO

As equipes de pesquisa da Marinha do Brasil chegam à Regência, em Linhares, na próxima quinta-feira para monitorar a situação.

O capitão dos Portos do Espírito Santo, Marcos Aurélio de Arruda, afirmou que o navio Vital de Oliveira é capaz de verificar como o fundo do rio foi afetado e os impactos sobre a fauna e a flora.

PAULO DE ARAUJO/ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



HARTUNG mostra à ministra Izabella a situação no litoral de Linhares

“Empresa despreparada para tragédia”, diz Hartung

“Esse desastre ambiental de grandes proporções que ceifou vidas humanas, destruiu comunidades e a vida em boa parte do Rio Doce, de certa forma encontrou uma empresa despreparada para uma tragédia como essa.”

A afirmação foi feita ontem, em Linhares, pelo governador Paulo Hartung, após a visita da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, ao município, atingido pela lama de rejeitos da Samarco.

O governador criticou duramente o despreparo da mineradora, desde os primeiros relatos do rompimento de uma barragem em Mariana, Minas Gerais.

“Ela reagiu, praticamente, seis a sete dias depois do ocorrido. Ontem (domingo), eu assisti ao presi-

dente da empresa pedir desculpa, um fato que, para todos nós, brasileiros, tinha que ter sido feito imediatamente”, comentou Hartung.

Ele ressaltou que ainda espera que as falhas ocorridas durante o tratamento da tragédia ambiental sirvam de aprendizagem para que outros episódios possam ser cuidados com maior planejamento.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH) declararam ontem situação de emergência ambiental na Bacia do Rio Doce. Também instituíram o Grupo Técnico de Enfrentamento da Crise Ambiental no Rio Doce.



MORADORES fazem fila para receber água mineral: abastecimento deve ser normalizado na cidade até sexta-feira

ROMPIMENTO DE BARRAGEM

Colatina volta a tratar e distribuir água do Rio Doce

O Rio Doce voltou ontem a ser a fonte de água de Colatina. O município encarou cinco dias de racionamento por causa da enxurrada de lama de rejeitos, que ainda atravessa a cidade do Noroeste capixaba.

Segundo o engenheiro sanitário do Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental (Sanear), João Virgílio Avancini, a captação foi retomada por volta das 22h30 do último domingo. A água já começou a ser distribuída para alguns bairros e o abastecimento deve ser normalizado gradativamente até a próxima sexta-feira.

“A primeira água vai vir com sujeira devido ao arraste pela tubulação, que ficou parada por cinco dias. A orientação é que seja usada para lavar reservatórios e banheiros, por exemplo. A qualidade da

água, no entanto, está normal. Pode ser consumida sem receio.”

Para que a água do Rio Doce seja tratada dentro dos padrões da legislação, a Samarco e a prefeitura estão usando o produto Tanfloc SG, um floculante natural extraído da casca da acácia-negra, que permite decantar a lama, levando-a para o fundo do reservatório.

O prefeito de Colatina, Leonardo Deptulski, explicou ontem que, enquanto a água não chegar às torneiras de todos os bairros, continuará o esquema de distribuição de água mineral e abastecimento das estações de tratamento com caminhões-pipas.

“Estamos avaliando o tempo todo, 24 horas por dia, a qualidade da água. Duas vezes ao dia, também estamos enviando amostras a laboratórios para análises mais com-

pletas. Não tem metais pesados ou qualquer substância acima do tolerável na água que está chegando às casas”, garantiu o prefeito.

Deptulski afirmou que, para que não reste nenhuma dúvida a respeito da água tratada do Rio Doce, vai beber dela hoje, na Estação de Tratamento de Água (ETA) do Bairro Aparecida.

Os exames que liberaram a captação no Rio Doce foram feitos pelo Laboratório Tommasi. Apesar da elevada dosagem de manganês no primeiro momento, a água voltou a níveis normais nas primeiras horas da manhã de ontem, afirmou o engenheiro químico do Sanear Artur Batista Ferreira.

A Samarco afirmou que, até domingo, foram entregues cerca de 51 milhões de litros de água potável e 1,2 milhão de água mineral.

Ministério Público exige laudos

Preocupado com a qualidade da água, o Ministério Público Estadual ingressou ontem com um mandado de busca e apreensão criminal. O órgão requer que o município de Colatina apresente laudos realizados na água do Rio Doce a ser fornecida à população.

O promotor de Justiça da Co-

marca de Colatina, Marcelo Ferraz Volpato, explicou que a Justiça ainda não apreciou o pedido. No entanto, ele disse que, se for acatado, o cumprimento deve ser imediato.

“Não sabemos como está a qualidade da água. Dizem que há a presença de metais pesados, mas queremos todos os laudos. Além disso,

estão usando a acácia-negra para tratar a água, mas tem um problema: deve ser aplicado 10 miligramas por litro, porém eles estão utilizando mais que isso.”

Volpato disse que, dependendo da qualidade da água, o município poderá responder pelo artigo 270 do Código Civil. “Esse artigo prevê pena de reclusão de 10 a 15 anos ao responsável por envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal destinada a consumo”, alertou.

Sobre a ação, o prefeito de Colatina, Leonardo Deptulski, afirmou que não teria problemas em apresentar os laudos de qualidade da água, caso sejam solicitados.

“Quanto ao limite de uso para o produto, ele é válido para a utilização em água tratada. No nosso caso, estamos utilizando em água bruta, que é diferente”, explicou.



RIO DOCE EM COLATINA: ação para comprovar qualidade da água captada

NILDO TARDIN - 19/11/2015

Reportagem Especial

ROMPIMENTO DE BARRAGEM

Samarco vai ter de explicar plano

Empresa foi convocada pela Justiça Federal para audiência hoje, onde terá de provar se fez algo para conter a lama no Rio Doce

A Samarco terá de explicar hoje à Justiça Federal, em audiência pública especial, qual foi o seu plano para contenção da lama para evitar que os rejeitos chegassem ao mar.

Na última quarta-feira, a Justiça Federal determinou que a empresa apresentasse esse plano em 24 horas. As ações deveriam ser cumpridas imediatamente, sob pena de multa de R\$ 10 milhões.

Um minuto antes do prazo final, a Samarco protocolou petição informando as medidas já adotadas para proteger a região, cuja resposta foi considerada insuficiente pelo Ministério Público Federal.

Na última sexta-feira, o juiz federal Rodrigo Reiff Botelho determinou a audiência pública, que acontece hoje, às 14h30, na sede da Justiça Federal em Vitória. Para ele, isso é necessário para complementação do plano de medidas apresentado pela Samarco e esclarecimentos das ações até então realizadas.

Em nota, a Justiça Federal disse que, além de representantes da empresa, “o juiz intimou para participar da audiência: o secretário de Estado de Meio Ambiente, o secretário municipal de Meio Ambiente de Linhares, representantes técnicos da ICMBio, do Ibama e do Iema, representantes do Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho, além da Procuradoria do Estado e da Procuradoria de Linhares.”

O ato é aberto à imprensa e ao público em geral. A Samarco garantiu que vai comparecer.

Na última sexta-feira, após ouvir representantes de órgãos ambientais, o juiz Thiago Albani Oliveira, da Vara da Fazenda Pública, Registros Públicos e Meio Ambiente de Linhares, determinou que a Samarco atuasse na abertura da foz do Rio Doce para que os rejeitos de minério pudessem ser absorvidos pelo mar. A multa fixada, se desrespeitada, foi de R\$ 20 milhões.

O juiz explicou ontem que sua decisão não contraria a decisão da Justiça Federal. “Ambas têm a mesma validade. Se algumas das partes entender que ele é competente e não outro, deve ser feita a suscitação do conflito de competência, que é decidida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).”



BARREIRAS foram instaladas na foz do Rio Doce, e empresa vai ter de comprovar se medida teve alguma eficácia

Ibama quer fim de teto para multas

Um diretor do Ibama quer o fim do limite máximo de R\$ 50 milhões para multas ambientais no País. Segundo ele, o órgão está sendo criticado injustamente, mesmo quando aplicou os valores máximos previstos para cada um dos artigos infringidos pela Samarco no caso do rompimento das barragens em Mariana.

O valor máximo de R\$ 50 milhões está previsto no artigo 75 da Lei de Crimes Ambientais e está sem reajuste há 17 anos. A mineradora tomou cinco multas em decorrência do acidente.

O diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo, considerou o valor das multas irrisório. “Nunca apanhamos tanto como nesses últimos dias por termos

aplicado multas irrisórias na Samarco. Mas aplicamos o valor máximo previsto em todos os artigos que conseguimos encontrar na Lei de Crimes Ambientais.”

Ele afirmou que é preciso uma mudança na lei para fazer autuações em casos de grandes catástrofes. “Quando se limita uma autuação a R\$ 50 milhões, o empreendedor que tem um custo de R\$ 500 milhões para segurança vai preferir deixar cair, porque o valor da multa será menor. Temos que reverter esse valor máximo.”

Ele também afirmou que havia falhas por parte da empresa no caso dos desastres causados ao Rio Doce. “Quando chegamos, não vimos plano de emergência implantado pela empresa.”

OS NÚMEROS

R\$ 50 milhões é o teto previsto em lei para multas ambientais do Ibama

R\$ 250 milhões foi o total das multas aplicadas pelo Ibama à Samarco

Evaristo disse que as multas do Ibama serão convertidas em serviços para atender os municípios afetados. “O Ibama não multa para arrecadar, mas para mudar o comportamento do infrator e defender o meio ambiente”.



O DIRETOR-PRESIDENTE da Samarco, Ricardo Vescovi, tem um habeas corpus preventivo para evitar que seja preso

Habeas corpus é mantido

O desembargador Wallace Pandolpho Kiffer, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, manteve liminarmente a concessão de habeas corpus preventivo ao diretor-presidente da Samarco, Ricardo Vescovi de Aragão. O mérito ainda será analisado pela 4ª Câmara Cível.

Para o desembargador, “não se reveste de legalidade a ordem de prisão – ou a ameaça de ordem de prisão – decorrente de decisão de magistrado no exercício da jurisdição cível, a não ser quando se tratar de hipótese excepcional, como no caso em que se avalia o comportamento do devedor de alimentos.”

Vescovi entrou com o pedido após o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Registros Públicos e Meio Ambiente de Colatina determinar uma série de medidas à empresa, destacando que o descumprimento da liminar implicaria

na prisão em flagrante do diretor-presidente da Samarco por crime de desobediência ou prevaricação.

A medida liminar foi deferida pelo juiz de Colatina no último dia 12, após o rompimento de uma barragem em Mariana (MG). Entre as determinações, o juiz decidiu que a empresa deveria fornecer, em favor de Colatina, Baixo Guandu e Linhares, água potável para consumo humano e animal.

O magistrado ainda determinou que a empresa apresente um Plano de Contenção, Prevenção e Mitigação dos impactos ambientais e sociais derivados da impossibilidade da utilização adequada do recurso hídrico do Rio Doce.

Além disso, a Samarco deverá realizar o resgate da fauna aquática, por meio de equipe especializada, para posterior reinserção em ambiente natural. O prazo para o cumprimento das medidas termina na próxima sexta-feira.

Senador vai propor abertura de CPI

O senador Magno Malta (PR), vai propor hoje, na reunião das comissões temáticas do Senado, a abertura de uma CPI, para investigar o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana (MG).

“É preciso responsabilizar essas empresas pelos danos às pessoas

que dependem do rio”.

Para Magno, a Samarco e Vale devem arcar inclusive com o socorro enviado pelo governo do Estado às vítimas. “O governo correu para socorrer, mas essa conta deve ser paga por eles (empresas)”.

No Estado, a Comissão de Re-

presentação da Assembleia Legislativa à Bacia do Rio Doce encaminhou, ontem, ao Ministério Público do Estado, uma denúncia à Samarco pelo descumprimento do Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) assinado pela mineradora com o próprio MP-ES.

No Termo, a empresa se prontifica a tomar medidas emergenciais, que não vêm sendo realizadas, de acordo com a Comissão. A Comissão cobra a aplicação de sanções à empresa (foi sugerida multa de R\$ 7 milhões por dia).

A Samarco informou que está cumprindo todas as obrigações assumidas no TCSA preliminar. Relatórios diários são entregues aos representantes dos Ministérios Públicos e às autoridades.



COMISSÃO na Assembleia sugere cobrança de multa diária de R\$ 7 milhões

Reportagem Especial

ROMPIMENTO DE BARRAGEM

Risco em mais 42 pontos de Minas

BELO HORIZONTE

Ativistas dos comitês de bacias hidrográficas dispararam o sinal de alerta em relação à situação das barragens das atividades mineradoras em Minas Gerais. No inventário mais atual elaborado pela Fundação Ambiental do Meio Ambiente, há 42 barragens com estabilidade não garantida por auditores.

Elas estão nas bacias dos rios São Francisco, Piracicaba, Jaguari, Grande e das Velhas. Outro problema são barragens inativas, sem manutenção ou acompanhamento.

Especialistas em mineração afirmam que a ausência de monitoramento é um problema grave e que potencializa o risco de rompimento das estruturas.

Professor do Departamento de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, Hernani Mota de Lima afirma que “barragens inativas devem ser desativadas, fechadas e descaracterizadas como barragens. O que não pode é deixar como está”.

Para o especialista, a tragédia em Mariana (MG) e barreiras inativas mostram que é preciso investir mais em fiscalização. “As ações devem ser mais adequadas. Falta pessoal para ir a campo, faltam in-

vestimentos. E isso representa um risco muito grande para o meio ambiente e comunidades vizinhas a essas barragens”, explicou Lima.

RESPONSABILIDADE

Os governos de Minas e federal fazem jogo de empurra-empurra sobre a responsabilidade de ter analisado e aprovado o plano de ação de emergência da barragem do Fundão que se rompeu no último dia 5, em Mariana.

A Samarco, controlada por Vale e BHP Billiton, não previu, em seu plano de emergência entregue aos órgãos de fiscalização, uma estratégia para alertar os moradores de Bento Rodrigues sobre um eventual rompimento da barragem.

Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DPNM), vinculado ao Ministério das Minas e Energia, a obrigação de fiscalizar o plano é de quem concede a licença da barragem – os órgãos estaduais de meio ambiente.

Já a Secretaria de Ambiente de Minas joga a responsabilidade da análise da segurança para o órgão federal. Cabe a ela só verificar se o plano foi entregue, diz.

Para o consultor em barragens Jehovah Nogueira Júnior, a responsabilidade de analisar modificações é do órgão estadual.



REUTERS - 12/11/2015

BARRAGEM DE FUNDÃO, que se rompeu no distrito de Bento Rodrigues (MG): vítimas, testemunhas e funcionários da Samarco serão ouvidos pela polícia de Minas

Polícia mineira vai ouvir presidente da Samarco

BELO HORIZONTE

A Polícia Civil de Minas Gerais vai ouvir o depoimento do presidente da Samarco, Ricardo Vescovi, nos próximos dias.

O delegado geral de Ouro Preto (MG), Rodrigo Bustamante, disse que o executivo está entre as 50 pessoas – entre vítimas, testemunhas e funcionários da empresa – que os policiais pretendem ouvir.

Os trabalhos são divididos em três delegacias: em Mariana, em

Ouro Preto e na Delegacia de Crimes contra o Meio Ambiente, no bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte. “Não vamos revelar o local para não trazer nenhum tipo de clamor”, argumentou.

Ele explicou que 50 policiais, entre peritos, investigadores e delegados, estão envolvidos na investigação e que eles estão analisando documentos, como as licenças e projetos da empresa.

O inquérito da Polícia Civil foi instaurado no último dia 6 e o prazo para ser concluído é de 30 dias. Mas o delegado vai pedir a prorrogação de prazo. “Não vamos fazer um trabalho que não seja conclusivo e não seja de qualidade”, disse.

Questionado se pode pedir a prisão preventiva do presidente da Samarco, o delegado respondeu que o inquérito ainda está na fase inicial e que as decisões serão tomadas após ouvir todos os depoimentos e concluir a análise dos documentos.



VISTA de Bento Rodrigues, em Mariana, tomado pela lama. Estabilidade de outras barragens não está garantida

Prefeito quer empregos por 1 ano

Empregos garantidos por 12 meses para funcionários da Samarco. Esse foi o pedido do prefeito de Anchieta, Marcus Assad, cuja cidade conta com uma unidade de operação da mineradora em Ubu.

O pedido foi feito para minimizar impactos sociais e manutenção de renda, já que existem pelo menos 2.500 funcionários diretos e indiretos da empresa na cidade.

O prefeito também participou ontem de audiência pública no Ministério Público do Trabalho. A audiência contou com a participação de representantes da Samarco e do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado (Sindimetal-ES).

Assad afirmou que Anchieta não tem condições de absorver toda a demanda de emprego gerada pela mineradora. “Além do desemprego, o município vai deixar de arrecadar de R\$ 1,6 milhão a R\$ 2 milhões. Se a produção de Mariana parar, Anchieta para”, disse.

Na audiência, o ministério determinou à mineradora a apresentação no próximo dia 2 de um plano emergencial de manutenção de emprego na região de Ubu.

Entre as exigências está a apresentação de todas as rescisões de contratos de trabalhos de empregados ou terceirizados desde o úl-



DIVULGAÇÃO

USINA da Samarco em Anchieta: 2.500 funcionários da cidade na empresa

timo dia 5. A Samarco deverá apresentar as rescisões dos contratos comerciais, com prestadores de serviços, que acarretem a extinção das vagas na unidade.

Os representantes da empresa não souberam informar se há possibilidade de a unidade de Ubu encerrar as atividades enquanto as de Minas continuarem. O estoque de minério acaba no próximo dia 2.

ABASTECIMENTO

O presidente da Federação das

Indústrias do Estado (Findes), Marcos Guerra, estima que 200 das 1.112 indústrias de Colatina fiquem prejudicadas sem o reabastecimento da água do Rio Doce.

Entre os setores afetados estão o de confecção, vestuário, moveleiro e metalmeccânica.

“Há indústrias que têm economizado água em descargas e torneiras fechando registros e só abrindo na hora do almoço ou na troca de expedientes de cinco horas”, contou Guerra.

Chuva até quinta na região do rio



NILO TARDIN - 18/11/2015

REPRESA no Rio Doce: volume

A partir de hoje até quinta-feira, a previsão do tempo na região do Rio Doce, de Minas Gerais ao Espírito Santo, é de chuva, o que pode aumentar o volume do rio.

O NÚMERO

60 mm

é a previsão de chuva na região

A meteorologista da Climatempo, Bianca Lobo, disse que o tempo fica chuvoso graças a massa de ar quente e úmido que favorece muitas nuvens sobre a região do rio.

Hoje, as chuvas serão volumosas e entre amanhã e quinta-feira as pancadas de chuva seguem frequentes, mas com menor intensidade. “O volume de chuva varia entre 40 a 60 milímetros e as temperaturas permanecem elevadas, mas o tempo vai ficar abafado”, disse.

OS NÚMEROS

50 policiais envolvidos na investigação

30 dias

período para concluir inquérito